



Ensino & Pesquisa

Ensino & Pesquisa magazine is an interdisciplinary journal of the State University of Paraná (UNESPAR), Center for Humanities and Education. Its objective is to publish scientific articles focused on undergraduate and teacher education. Quadrennial Classification 2013-2016 - Teaching B1. (Preprints Policy-AUTHOREA Platform) ISSN: 2359-4381 <https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.3.333-348>

A universidade contra-ataca o revisionismo

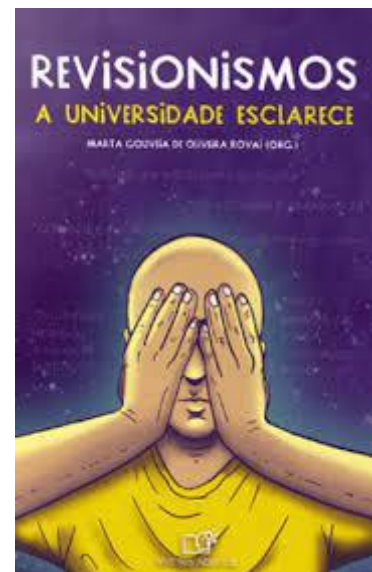
Alexandre Freitas Campos, Doutorando em História (PPGHS/Uerj), Mestre em Mídia (PPGMC/UFF), especialista em Sociologia Política (Candido Mendes) e Comunicação Pública (Gama Filho), graduado em Jornalismo e em Cinema e Audiovisual (UFF), Assessor de Comunicação no setor público e pesquisa divulgação científica, história pública e história da ciência, afcamoscbx@gmail.com

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). **Revisionismos: a universidade esclarece**. São Paulo, Mentis Abertas, 2020.

Submissão: 2021-12-02. Aprovação: 2021-12-20. Publicação: 2021-12-23

Introdução

Organizado por Marta Gouveia de Oliveira Rovai, professora da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), o livro “Revisionismos: a universidade esclarece”, reúne professores e pesquisadores das áreas de História, Educação e Ciências Sociais, e, dentre as várias obras recentes que se contrapõem aos inúmeros negacionismos e revisionismos acrílicos que circulam na esfera pública, é com certeza uma das que melhor sintetiza os esforços do meio acadêmico e das universidades para posicionar a pesquisa e a produção de conhecimento junto à opinião pública. Já no título isso fica claro: trata-se da posição de profissionais imersos em suas



respectivas áreas de saberes, que, em um esforço de educação democrática, reivindicam o papel institucional da universidade para além da preparação para o mercado de trabalho, na

formação da cidadania e da consciência histórica, na contribuição para a compreensão de questões sociais por vezes complexas.

Mais especificamente, “Revisionismos: a universidade esclarece” se situa no campo/prática da história pública, já que voltado para um público ampliado, ou seja, que vai além dos muros acadêmicos, e com uma predominância de temas históricos e abordagens historiográficas. Não se limitando, entretanto, ao campo da História. Como nos conta a organizadora Marta Rovai, o livro é fruto de um debate realizado na Unifal em 2019, “sobre os diferentes discursos revisionistas e negacionistas que têm desqualificado o conhecimento científico e a universidade, além de ameaçarem a diversidade existencial, os direitos humanos e a democracia no país” (ROVAI, 2020, p. 13).

O negacionismo tem a pretensão de calar, silenciar e fazer esquecer acontecimentos que exijam o enfrentamento histórico e responsabilizações, assim como negar conhecimentos da ciência relacionados à saúde pública, como a importância das vacinas e as consequências do aquecimento global; ou ainda, a fatos que há séculos pensávamos estar incorporados ao senso comum, como a concepção científica de que a Terra seja redonda (Ibid).

De uma forma mais curta e grossa, falando “no popular”, o livro se propõe a explicar o óbvio. É isso o que podemos inferir ao lermos os títulos de alguns artigos, como, por exemplo “O nazismo foi um regime de esquerda?”. Entretanto, isso está longe de ser um demérito, pois, como diz uma frase popular, “o óbvio também precisa ser dito”. Mais do que nunca, infelizmente, nos tempos atuais. A propósito, no título desse artigo percebemos outro aspecto marcante do livro e digno de ressalva: o reconhecimento do setor conservador e reacionário da política brasileira (e mesmo mundial) como principal fonte de negacionismos e revisionismos anti-historiográficos.

Em uma *live* de divulgação¹, Marta Rovai brinca com essa obviedade lembrando que, do debate na Unifal, em 2019, até a publicação do livro, em 2020, enquanto convidava professores para escrever artigos, um professor de física declinou do convite. A proposta era que ele escrevesse um artigo cujo título seria “A Terra é plana?”. O colega não quis, pois seu artigo, de acordo com ele, teria uma única palavra em resposta à questão: “não!”. Lamentamos essa não participação e entendemos o incômodo quanto à obviedade, mas o episódio anedótico serve para lembrarmos que os negacionismos vão muito além das áreas de humanas e sociais (nas quais a obra se foca), mas também estão fortemente presentes

¹ Revisionismos e negacionismos na história recente do Brasil (com Marta Rovai).
<<https://www.youtube.com/watch?v=CBLaIL8LI9k>>

nas ciências exatas e biológicas/biomédicas. Além do terraplanismo, podemos citar o negacionismo climático (possivelmente o maior desafio científico da atualidade), o negacionismo criacionista contra a teoria da evolução e os movimentos antivacinistas. Sobre estes últimos, cabe ressaltar que o livro foi lançado poucos meses antes da pandemia de coronavírus, que escancarou essa multidisciplinaridade dos negacionismos, da desinformação, da mentira, do obscurantismo.

A obra traz 12 artigos, além do prefácio, escrito pelo historiador e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fernando Nicolazzi. De modo geral, o fio que une os trabalhos apresentados envolve o entendimento da importância da pesquisa e do diálogo para a superação das percepções cotidianas. Quanto à primeira, a obra não se esquivava de ressaltar o valor da produção sistematizada e organizada de conhecimento feita nas universidades para o debate público; quanto ao segundo, pondera que o conhecimento acadêmico não se sobrepõe a outros valores, daí a necessidade de dialogar com um público diversificado.

O livro, ao longo de seus artigos, apresenta ao leitor o cenário que faz dele uma obra necessária. Esse cenário é um contexto informacional fortemente impulsionado pela explosão das mídias digitais nas últimas duas décadas, marcado por disputas narrativas sobre o passado e questões sociais do presente (que por óbvio também se relacionam com o passado) influenciadas por interesses políticos e que com muita frequência se contrapõem à realidade concreta, a fatos objetivos, à bibliografia consolidada em diversas áreas de pesquisa, a estudos que somam anos de trabalho sério. Um contexto que vem sendo chamado de “pós-verdade”. O termo é controverso e até rejeitado por teóricos de diversas áreas, afinal, o uso da mentira, da manipulação e da distorção não é novo. O diferencial dessas últimas décadas seria a profusão das mídias digitais. Para André Cabette Fábio (2016), novas plataformas, como Facebook, Twitter e Whatsapp, possibilitam os boatos e as chamadas “fake news”, prestando-se como uma espécie de suporte técnico para que a “era da pós-verdade” se configure.

Portanto, apesar da controvérsia, “pós-verdade” é um rótulo que tem sido aplicado a esse contexto de desinformação que envolve fake news, revisionismos não-historiográficos, negacionismos históricos e científicos e teorias conspiratórias. A pós-verdade transforma os consensos já estabelecidos e estimula a desconfiança a respeito dos

modos de aferição da verdade que embasam o método científico, abrindo espaço para que crenças e valores tomem o lugar da objetividade (ROQUE e BRUNO, 2018).

Desse modo, diante da profusão massiva de discursos que rejeitam a realidade, as pesquisas e avanços científicos, os direitos humanos e a perspectiva de uma sociedade mais inclusiva, “Revisionismos: a universidade esclarece” nos traz artigos com títulos em forma de perguntas que sintetizam questionamentos postos em nosso cotidiano, que permeiam o senso comum e são permeadas por vieses políticos ou mesmo deliberadamente influenciadas por grupos políticos. Ao longo dos artigos, essas perguntas vão sendo respondidas; e as percepções que levaram a suas formulações, em medidas variadas, são desconstruídas.

Capítulos

No prefácio intitulado “Revisando o revisionismo”, Fernando Nicolazzi nos lembra que, apesar de o termo “revisionismo” ter adquirido um tom pejorativo nos últimos anos, ele não implica necessariamente em algo negativo, pois a história se vale das revisões ao longo dos tempos, na medida em que fatos e perspectivas novas vão surgindo e sendo descobertos. Ele destaca três tipos de revisionismo. Para falar sobre o primeiro deles, Nicolazzi resgata a raiz do termo “história”, que “remete ao ato de ver, de testemunhar algo, de ter algo diante dos olhos” (NICOLAZZI, 2020, p. 8). Nesse sentido “O historiador é aquele que vê novamente, ou seja, é aquele que rê-ve um determinado fato ou fenômeno que já teve uma inscrição primeira (na fonte, no documento, no vestígio, na memória da testemunha); aquele que, enfim, realiza um gesto de re-visão de algo acontecido”.

Esse primeiro tipo de revisão é, portanto, estruturante do trabalho histórico, já que faz parte dele desde o princípio. O segundo tipo de revisão histórica é aquele que surge na medida em que novos atores são inseridos na prática da escrita da história, trazendo novas perspectivas, novos enfoques, em um diálogo da história com a memória social. Essa segunda forma de revisão com frequência visa corrigir as injustiças do passado feitas com grupos silenciados e contribuir para o processo democrático, para as políticas inclusivas e para a historiografia.

É fundamental ressaltar, tanto para o entendimento do que traz Nicolazzi quanto para o de todo o desenrolar do livro, que essas duas primeiras formas de revisionismo são

feitas dentro dos ditames epistemológicos da história, de acordo com a historiografia. Já o terceiro modo de revisão, de fragilidade empírica, é bem diferente, pois opera a partir da desconstrução das bases epistemológicas estruturantes da ciência histórica. Esse revisionismo “é um ataque direto aos fundamentos que organizam a produção do conhecimento em nossa sociedade” (NICOLAZZI, 2020, p. 10). Seu caráter reacionário e antidemocrático é destacado pelo autor ao afirmar que ele “retoma as velhas formas de exclusão que interditavam a presença de outros sujeitos nos processos históricos e nos processos de escrita da história” (Ibid).

Em “Os portugueses nunca pisaram na África e não foram responsáveis pela escravidão?”, Mário Danieli Neto parte da tentativa revisionista do “Guia Politicamente Incorreto”, do jornalista Leandro Narloch, de relativizar a culpa dos portugueses pela escravidão, reforçando a ideia de que a escravização era protagonizada pelos próprios africanos (faz o mesmo em relação à escravidão indígena, que seria feita pelos próprios nativos). É essa visão revisionista de Narloch que é reproduzida pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro no programa Roda Viva em 2018. Neto traz crônicas de autores africanos, como a escrita no século XV por Gomes Azurara, que evidenciam a presença portuguesa “em carne, osso, armas e grilhões” (DANIELI NETO, 2020, p. 25) na África.

A presença portuguesa na África, desde os primórdios das guerras de conquistas, não se limitou aos portos e fortalezas precariamente estabelecidas nas costas, sem qualquer contato com o interior do continente (...). Ao contrário, tal relato demonstra o grande conhecimento que os portugueses tinham do território e das formas de captura para a escravização em larga escala de muitos seres humanos (Ibid).

Marcelo Hornos Steffens, em “O nazismo foi um regime de esquerda?”, propõe-se a fazer uma espécie de genealogia da distorção que é situar o regime nazista na esquerda do espectro político, algo que não tem amparo na bibliografia canônica nem da Ciência Política e nem da História. Ele destaca ainda a confusão de grande parte do público sobre os conceitos de direita e esquerda. Bem resumidamente, apesar das variações e dificuldades de demarcação, a distinção entre elas se daria “na defesa que a direita faz da liberdade individual, de propriedade privada, comercial, em detrimento da igualdade” (STEFFENS, 2020, p. 38); enquanto a esquerda “considera a condição de igualdade social para a existência e fruição da liberdade” (Ibid). Trazendo o consenso acadêmico, o autor lembra que o nazismo foi um regime de extrema-direita. Por sua vez, o comunismo,

simbolizado pela experiência soviética (e o autor não entra na distinção entre socialismo e comunismo), seria de extrema-esquerda.

Steffens destaca o papel das mídias digitais e redes sociais, além de empresas como a produtora Brasil Paralelo, neste e em outros tipos de revisionismos e distorções. Ao tratar de uma série desta última para analisar o *modus operandi* da narrativa histórica da empresa, destaca que a obra “não traz fontes e as documentações históricas que baseiam seus argumentos. A legitimidade da narrativa está ligada apenas aos palestrantes que eles escolhem – ou seja, só temos a voz da autoridade” (NICOLAZZI apud STEFFENS, 2020, p. 37). Por fim, Steffens busca em Umberto Eco e seu conceito de “Ur-fascismo” 14 pontos que caracterizam os regimes e tendências nazifascistas. Steffens não se aprofunda nesses pontos e nem nós nos aprofundaremos (pelo mesmo motivo: falta de espaço), mas cabe ressaltar que dentre os pontos estão alguns relacionados ao mesmo anti-intelectualismo (talvez um termo mais adequado seja “antiacademicismo”) que é um dos fios condutores do livro aqui resenhado, como os pontos “3) irracionalismo” e “4) rejeição e ataques ao espírito crítico”.

Já no segundo parágrafo do artigo “O Brasil é socialista?”, seu autor, o sociólogo Adriano Pereira Santos, responde que “Não, o Brasil não é socialista!” (2020, p. 51). Ele recorre à Constituição Federal e à história econômica do país para atestar seu caráter capitalista, expresso na ordem sociojurídica burguesa de defesa da propriedade privada e do livre desenvolvimento do mercado. Mais do que isso, Santos destaca que o ciclo neoliberal no Brasil, de acordo com as Ciências Sociais, começa com Collor, na década de 1990, se aprofunda com FHC e é continuado nos governos Lula e Dilma (afirmação que contraria percepções cotidianas tanto da esquerda quanto da direita). O autor faz a ressalva, com base na formação histórica e social brasileira, que “as bases de produção e reprodução capitalistas não se constituíram plenamente” (SANTOS, 2020, p. 55) no país, figurando por aqui um capitalismo dependente e periférico, características aprofundadas com o governo Bolsonaro. O sociólogo identifica no presidente eleito em 2018 uma fonte (ou mesmo uma câmara de eco) a reproduzir a ideia equivocada de que o Brasil é (ou chegou a ser) socialista.

O discurso de Bolsonaro, acerca do socialismo, faz parte de uma estratégia ideológica das classes dominantes e dos grupos conservadores para justificar suas ações no espectro de políticas antidemocráticas e neoliberais. (...) O ataque ao suposto “gigantismo estatal”, na verdade, representou a desobstrução de uma agenda radical ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que se converteu na

possibilidade de erosão da comunidade política, visando a produção de um Estado máximo às classes dominantes, como guardião absoluto dos movimentos do capital. (...) Tal agenda administrada pelo Estado busca garantir o desenvolvimento com segurança das elites em que pese às políticas de morte e exclusão neoliberal (SANTOS, 2020, p. 61-62).

Cabe à organizadora Marta Rovai a autoria do artigo “A ditadura brasileira não existiu?”. Apesar do nome do artigo, logo no início fica claro que o problema a se combater, mais do que a negação da existência da ditadura, são as amenizações, relativizações e justificativas a respeito dessa ditadura, lançadas por grupos conservadores, que fazem uso de novas palavras e termos, como “ditabranda”, “contrarrevolução anticomunista”, “revolução democrática” ou mesmo “regime militar” (e não “ditadura militar”). O texto impressiona por trazer vasta bibliografia e diversos autores que reforçam o caráter golpista, autoritário e de violação de direitos humanos do período compreendido entre 1964 a 1984. “O que se implantou em 1964 foi um golpe que deu origem a uma ditadura que buscou conter as reformas sociais e políticas defendidas pelo governo João Goulart (um latifundiário liberal), (...) cerceou as liberdades democráticas e concentrou riquezas” (ROVAI, 2020, p. 68).

O artigo demonstra o consenso a respeito da existência da ditadura e de suas características descritas acima. Há entretanto divergências quanto a como ela deve ser chamada: “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, “ditadura empresarial”... Isso porque apesar do protagonismo dos militares, o golpe e sua sustentação contaram com o apoio de diversos setores da sociedade, principalmente da elite financeira, ruralista e empresarial. O texto destaca com amplo espaço as torturas e execuções que foram praticadas pelos agentes do Estado à margem da lei e a serviço da ditadura, além do trabalho de investigação da Comissão Nacional da Verdade, que buscou em arquivos, depoimentos e demais vestígios reunir provas dos crimes cometidos pela ditadura brasileira. Em 2014, o trabalho de pesquisa de dois anos da comissão foi entregue. Entretanto, em junho de 2020, o governo Bolsonaro “anulou as indenizações de cerca de 300 anistiados e encerrou a construção do Memorial da Anistia, numa mostra de seu caráter antidemocrático e negacionista ou revisionista do passado” (ROVAI, 2020, p. 83).

Revisionistas e negacionistas omitem documentos e informações que demonstram que 1) numa comissão da verdade – como em outros países onde ela existiu e existe – sua função é investigar crimes cometidos pelo Estado contra a sociedade, violando seus direitos; 2) o aparato do Estado militarizado para a

repressão demonstrou ser mais sistemático e superior àqueles usados por grupos que se opuseram à violência cometida, sendo desnecessários a brutalidade da tortura e o extermínio de pessoas; 3) a maioria dos militantes políticos que se opuseram ao governo ditatorial foi presa, julgada, exilada ou morta, tendo sido, portanto, punida já naquele período, ao contrário dos agentes do Estado. Não há equivalência nos processos (ROVAI, 2020, p. 83-84).

Em “A internet é garantia de democracia”, temos o capítulo/artigo em que a relação entre revisionismo e novas tecnologias comunicacionais é explorada mais a fundo. Walter Francisco Figueiredo Lowande apresenta alguns dados que mostram como a visão a respeito da internet mudou nos últimos anos. A expectativa libertária a respeito da rede mundial deu lugar à desconfiança e temor quanto aos riscos para a democracia. “Alguma coisa impactou a reflexão sobre as relações entre democracia e internet entre os anos de 2014 e 2015” (LOWANDE, 2020, p. 92). Mas não parou por aí, já que em 2018 uma investigação mostrou como a empresa de consultoria Cambridge Analytica vendeu dados pessoais ilegalmente para a campanha presidencial de Donald Trump nos EUA. Os dados foram obtidos a partir do Facebook, e o escândalo arranhou a imagem da empresa de Mark Zuckerberg. O líder da campanha de Trump, Steve Bannon, também esteve envolvido com a ascensão de outras campanhas de extrema-direita, como a do Brexit, a do crescimento do partido Vox, na Espanha, a de Matteo Salvini, na Itália. “As fake news se tornaram, não só no Brasil, um verdadeiro modo de governo: as autoridades não temem mais mentir descaradamente” (Ibid). Lowande cita a folclórica “mamadeira de piroca” como ícone das mentiras que circularam massivamente no período eleitoral de 2018, além da teoria conspiratória do “marxismo cultural”, que teria dominado instituições culturais e as universidades.

As telas, ao invés de nos ajudar a fazer a revolução, nos lançaram em bolhas a partir das quais não conseguimos mais promover nenhuma mudança significativa no mundo que antes não tenha sido prevista e aprovada pelos mecanismos algorítmicos de viralização (LOWANDE, 2020, p. 98).

Carmen Lúcia Rodrigues traz uma perspectiva antropológica para responder se “Direitos humanos são para humanos direitos?”. Em uma pesquisa realizada sobre o tema no Brasil e divulgada pela BBC em 2018, duas em cada três pessoas disseram pensar que direitos humanos defendem mais os bandidos. Os dados são preocupantes e as respostas demonstram um desconhecimento a respeito dos direitos humanos e seu caráter universalista. O ensaio da antropóloga é conduzido por meio de três eixos: a

problematização da noção de direitos humanos; a percepção da justiça e a emergência de novos sujeitos de direitos; e os desafios atuais para garantir os direitos humanos no Brasil. Esse caráter universalista dos direitos humanos, baseado no iluminismo, como explica a autora, nunca foi tão abrangente na prática como fazia supor na teoria. Mas, em meados do século XX, novos agentes, impulsionados pelo movimento negro, movimento gay, lutas feministas e propostas de multiculturalismo, “exigem o reconhecimento de uma alteridade no seio das nações hegemônicas e questionam as concepções morais instauradas acerca do “certo” e do “civilizado” (RODRIGUES, 2020, p. 109).

Falar de direitos humanos, portanto, seria falar também sobre justiça, diversidade e igualdade. Há muito o que avançar no Brasil. Quanto a isso, a autora usa um relatório da Anistia Internacional que aponta o quanto “O governo federal não cumpriu com a obrigação de proteger os povos indígenas e ainda adotou medidas que aumentaram os riscos para esses povos” (RODRIGUES, 2020, p. 112). Por trás da premissa de que “direitos humanos são para humanos direitos”, há uma assimilação das desigualdades e da ideia de que algumas pessoas são menos humanas que outras. Por fim, a antropóloga chama a atenção para o papel da ciência e das artes no estímulo à reflexão e ao debate.

A pedagoga Renata Nunes Vasconcelos, ao responder se “A educação é ideológica?”, destaca que o processo educacional e o saber crítico devem buscar desvendar e apontar as relações de poder que constituem a sociedade e os sujeitos, haja vista que as sociedades não são neutras e, para entender o mundo, é preciso identificar seus desequilíbrios de forças. “A educação é política porque forma sujeitos para pensar o mundo” (VASCONCELOS, 2020, p. 121). Em grande medida, o artigo procura contestar os ataques à educação promovidos pelo Movimento Escola sem Partido (Mesp), que, contrariando sua titulação, é revelado como partidário. Quanto ao papel da escola, “Ela tem partido sim: da desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações que não passam de doutrinações presas a um passado de privilégios opostos aos direitos (CURY, 2019, apud VASCONCELOS, 2020, p. 121).

O Mesp continua a ser discutido no artigo seguinte, desta vez como o principal objeto de análise. Em “O Programa Escola sem Partido não toma partido?”, Ana Cristina Gonçalves Abreu Souza e André Luiz Sena Mariano mostram como, para além das universidades, as escolas, especialmente as públicas, também têm sido alvo de ataques. Aqui o Mesp é caracterizado como um movimento diretamente vinculado à sustentação

capitalista, logo, ideológico e, contraditoriamente, partidário (do mesmo modo que foi retratado no artigo anterior, de Renata Nunes Vasconcelos). Suas “teses apontam para o autoritarismo e criminalizam o conhecimento histórico e voltado à formação humana, com ataques constantes à classe trabalhadora, aos movimentos sociais” (SOUZA e MARIANO, 2020, p. 137) e também aos grupos organizados ligados às minorias. Segundo os autores, o Mesp “reúne teses ultraconservadoras, com características políticas, religiosas e moralistas pautadas sobre a lógica capitalista e que não se ancoram em nenhum tipo de premissa inovadora (SOUZA e VASCONCELOS, 2020, p. 126-127).

Na busca por raízes epistemológicas do Mesp, os autores fazem uma interessante aproximação do movimento com o pensamento do sociólogo francês Émile Durkheim. Discípulo de Augusto Comte, o pai do positivismo, Durkheim propôs o que foi chamado de “funcionalismo”, teoria que defendia que “a sociedade moderna deveria funcionar como um organismo humano no qual todos os órgãos cooperariam de forma ativa, solidária e harmoniosamente para o bem comum” (SOUZA e VASCONCELOS, 2020, p. 128). A teoria traz a ideia de “cada um no seu quadrado”, todos em seus devidos lugares, em uma perspectiva de pouca mobilidade social. Essa concepção, na educação, pode ser vista em falas de representantes do setor conservador, como a do ex-ministro da pasta, Ricardo Vélez Rodrigues, que afirmou que as universidades deveriam ser reservadas a uma “elite intelectual”, ao mesmo tempo em que defendeu a expansão do ensino técnico (para aqueles que não pertenceriam a essa tal elite)². Como aponta Lucena (2010, apud SOUZA e VASCONCELOS, 2020, p. 128), “Durkheim entende em ‘Educação e Sociologia’ que nem todos os homens são feitos para refletir; será preciso que sempre haja homens de sensibilidade e homens de ação”. Assim, seria preciso, na concepção educacional funcionalista, ajustar a criança, forçando-a a “compreender e aceitar, passivamente, seu papel social” (SOUZA e VASCONCELOS, 2020, p. 128). Apesar disso, enquanto positivista, Durkheim concebia a neutralidade das práticas educativas que propôs. Sendo assim, “É possível constatar que não há quase nada de novo na proposta de defesa da neutralidade das práticas educativas do Programa Escola sem Partido” (SOUZA e VASCONCELOS, 2020, p. 129).

² Ministro da Educação diz que universidades devem ser reservadas para "elite intelectual" <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/ministro-da-educacao-diz-que-universidades-devem-ser-reservadas-para-elite-intelectual>>

Aqueles que acompanham as chamadas “guerras culturais”, principalmente pelas redes sociais, sabem o quanto o pedagogo Paulo Freire é alvo de diversos ataques. Dando continuidade aos dois artigos anteriores e se somando aos mesmos, Geovania Lúcia dos Santos assina “Paulo Freire destruiu a educação?”. Ela diz que, chamada a essa reflexão, foi tentada a responder “de forma clara, direta e inequívoca: ‘óbvio que não; muito antes pelo contrário’”. Mais uma vez, aqui se reforça o quanto o livro flerta com a obviedade (e mais uma vez repetimos que isso está longe de ser um demérito). Felizmente, a autora vai além e desenvolve seu texto, que, em complementariedade aos anteriores, concebe o modelo pedagógico freiriano como libertador.

Uma educação intencionalmente orientada no sentido da formação do humano, politicamente comprometida com a superação da condição de opressão que impede homens e mulheres de realizarem sua vocação ontológica. (...) Direcionada a fazer germinar condições para a superação da opressão, ética e humanamente calcada no testemunho dos que empaticamente se alinham às massas (SANTOS, 2020, p. 144).

Usando conceitos freirianos para responder à pergunta sobre Freire, Geovania Santos classifica essa práxis pedagógica como “biofilia”, o que se opõe à “necrofilia”, que seria “a postura do opressor, definido como quem alimenta o amor pelo que não cresce, que é mecânico, retroalimentando-se do desejo de converter o orgânico em inorgânico” (SANTOS, 2020, p. 145). Ainda segundo a autora, valendo-se de Freire, “ao conceber o homem como ser acabado, o opressor condena os seres humanos à condição de coisa” (Ibid). A opressão envolve a “continuidade da distribuição de privilégios, as imagens agenciadas de como devemos viver” (Ibid). Aqui é fácil perceber a convergência com tudo o que foi dito nos dois artigos anteriores.

O artigo “As políticas de ações afirmativas no ensino superior são um problema?” trata principalmente da questão das cotas nas universidades, implantadas a partir da década de 2000 e que até hoje rendem discussão e polêmica. Natalino Neves da Silva posiciona essas ações afirmativas como um “Marco histórico a favor da promoção da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero” (SILVA, 2020, p. 154), assim como também posiciona o racismo como parte estrutural do sistema capitalista. O professor traz perspectivas jurídicas sobre políticas afirmativas, aponta vantagens e discute resultados da implementação dessas políticas no ensino superior, principalmente em projetos da Unifal, onde leciona. O texto traz números consideráveis. A taxa bruta de matrícula em instituições de ensino superior, por sexo e cor/raça, de 1988 a 2008, mostra que houve um

aumento de mulheres negras matriculadas, de 4,1% para 20%; e de homens negros matriculados, de 3,1% para 13%. “Os cursos ofertados pelas IFES contam hoje com uma maior representatividade de gênero, cor/raça e classe social”.

O artigo é uma boa leitura para quem crê em ideias falaciosas como “meritocracia” e quem naturaliza desigualdades a ponto de não mais enxergá-las. Como o foco da análise são as instituições federais de ensino superior, eu, sendo doutorando da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), não poderia deixar de acrescentar o pioneirismo da instituição³ da qual faço parte na implementação das cotas no Brasil. Em 2000, uma lei estadual determinaria que a Uerj seria a primeira a conceder cota em cursos de graduação para estudantes de escolas públicas⁴. O vestibular 2004 da Uerj já reservava vagas para estudantes de escolas públicas fluminenses, negros e pardos⁵.

“Há alguns anos a problemática desse texto nos parecia superada” (SILVA, 2020, p. 175). Assim começa o artigo de Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva que aborda se “A homossexualidade é doença ou algum tipo de doutrinação?”, logo de cara ressaltando aspectos do contexto atual que estimularam a produção desta obra, sobre os quais já tratamos na introdução. Mais do que trazer afirmativas e certezas, Nishiwaki Silva mostra como o preconceito – a homofobia – é muito mais nocivo e perigoso do que aquilo que se pretende patologizar, que é a homossexualidade. O capítulo faz um resumo histórico da sexualidade e da homossexualidade, passando por diferentes períodos e sociedades, destacando os ataques da religião e da ciência. “Na Idade Média, as religiões ergueram os mais aguerridos bastiões contra a homossexualidade. Para a maioria das crenças, era considerada pecado qualquer forma de sexualidade sem objetivo de procriação” (SILVA, 2020, p. 177). Quanto à ciência, ela “falhou em comprovar que a homossexualidade era de fato um distúrbio mental e as associações médicas precisaram rever suas classificações” (SILVA, 2020, p. 179). O autor apresenta controvérsias para mostrar que as origens da homossexualidade estão longe de ser um consenso e faz uma abordagem do tema pelas perspectivas histórica, política e cultural.

³ A história das cotas em universidades federais <<https://oglobo.globo.com/brasil/a-historia-das-cotas-nas-universidades-federais-23604597#:~:text=RIO%20%2D%20A%20Universidade%20do%20Estado,o%20acesso%20ao%20ensino%20superior.>>

⁴ Cotas raciais no Brasil: o que são? <<https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>>

⁵ História do sistema de cotas no Brasil <<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/historia-sistema-cotas-no-brasil.htm>>

Finalizando o livro, o artista plástico e professor Ronaldo Auad Moreira responde se “A arte estimula a pornografia?”. De acordo com ele, essa pergunta afirmativa traz consigo o caráter redutivo do conservadorismo e revela seu desconhecimento a respeito dos diversos momentos em que a arte tratou de questões relacionadas à sexualidade. Moreira traz diversos exemplos, da cantora Madonna ao filme “O império dos sentidos” (1976). “A censura a Queermuseu, a La Bête e a edição 41 de Select é resultado disso [desse desconhecimento]” (MOREIRA, 2020, p. 202). A redução do ensino de arte nas bases curriculares contribui para a ampliação do desentendimento sobre o fazer artístico, assinala o autor. “A arte não cumpre o papel de estimular a pornografia. O que cabe à arte é, sem nenhuma hipocrisia, falar de questões relativas às representações do corpo na contemporaneidade” (MOREIRA, 2020, p. 185).

Considerações finais

A proposta aqui foi passar uma visão geral e introdutória do livro “Revisionismos: a universidade esclarece”. Nem de longe a leitura da resenha substitui a do livro, muito mais rico, aprofundado e abrangente na desconstrução dos questionamentos que dão títulos aos artigos que o compõem. Principalmente se o leitor chegar à resenha já municiado de argumentos e pressupostos que reiteram as percepções desconstruídas. Aí o livro se faz ainda mais necessário. A perspectiva dialógica pela qual os artigos são escritos (porque trazem a voz, ainda que por vezes implícita, dos revisionistas/negacionistas com os quais se propõem a debater) é bastante rica e não é a contento transcrita para um espaço tão curto quanto o de uma resenha.

Trata-se de um livro que não só nos lembra sobre a necessidade de as universidades falarem mais com o público em geral, principalmente por conta das novas mídias, como serve também como um belo exemplo de como pôr em prática a empreitada. O livro valoriza o conhecimento sistematizado e metodologicamente organizado, a palavra da ciência, sem, no entanto, reivindicar que essa palavra é única ou final. Isso fica bem demarcado na fala da organizadora.

Embora não caiba ao historiador a exclusividade sobre a narrativa histórica, ele é um profissional cujos estudos partem de documentação, dos usos de metodologia, de conceitos elaborados e da avaliação de outros intelectuais,

procurando chegar o mais próximo de certa objetividade ou honestidade histórica; esta última não confundida com neutralidade, pois se entende que a ciência é feita por homens posicionados em seu tempo” (ROVAI, 2020, p. 66).

Afasta-se a ideia de que pensar sobre o passado (e sobre demais questões sociais) pode ficar restrito à mera opinião e/ou ponto de vista. A opinião é livre e nos liberta das amarras metodológicas e do factual, mas também pode nos aprisionar em nós mesmos, nos nossos próprios vieses. Característica importante e que merece destaque é o modo como o livro não foge da responsabilidade de “dar nomes aos bois” que são os principais arquitetos do revisionismo e negacionismo: setores conservadores, extrema-direita, reacionários que buscam, em diversas frentes, resgatar um mundo e todo um universo simbólico cheios de contradições e desigualdades, mas que para eles representam alguma estabilidade (para muitos, emocional; para poucos, financeira), posicionando-se com hostilidade perante novos atores que reivindicam mais espaço e direitos no processo democrático.

Que o unísono da obra não nos leve à percepção limitada de que a fonte dos negacionismos e revisionismos não-historiográficos é unicamente a extrema-direita. Para demais trabalhos semelhantes, fica a sugestão de uma ampliação do escopo que inclua os enganos e vieses de demais grupos sociopolíticos. O movimento antivacínista, que na pandemia de coronavírus parece ter sido apropriado pela extrema-direita, tem raízes e ainda adeptos ligados a uma esquerda que se opõe à “gananciosa indústria farmacêutica” que opera sob a lógica de um “capitalismo malvado”. Indústria e capitalismo merecem críticas, mas não se pode desconsiderar que a indústria farmacêutica investe muito mais em pesquisa científica do que, por exemplo, o setor de produtos naturais (que por sinal também opera sob a lógica capitalista).

Podemos também posicionar no campo do revisionismo os resultados de uma tensa relação que uma esquerda chamada de “identitária” tem com a linguagem. É o que nos aponta Sérgio Rodrigues (2021) ao abordar como a “patrulha linguística” resultou em uma fake news por parte de uma agência de checagem (justamente um órgão que se posiciona como “caçador de fake news”). No Dia da Consciência Negra de 2021, a agência Lupa publicou uma lista de expressões supostamente racistas, mas que na verdade continha equívocos etimológicos, erros e teses sem comprovação e exatidão históricas. O que houve foi a reprodução de alguns boatos que circulam faz tempo, como o da origem da expressão “nas coxas”, erroneamente atribuída a pessoas escravizadas que usariam as próprias coxas

como molde para a produção de telhas. Mas “Só gigantes teriam coxas do tamanho das telhas coloniais brasileiras” (RODRIGUES, 2021). Apenas três dias depois, “Diante da quase unânime reação contrária no Twitter, a Lupa retirou os posts do ar e tratou de ouvir historiadores e professores de português” (Ibid). Em seguida, publicou-se uma errata. Para Rodrigues:

Se condenar como autoritária toda problematização de palavras é uma forma de reacionarismo linguístico, convém reconhecer que as patrulhas vocabulares são frequentemente as piores inimigas de sua própria causa ao embarcar em fake news. Quando se diz que o verbo “esclarecer” tem fundo racista, devendo ser substituído por “esclarecer”, uma importante fronteira de ridículo é cruzada. Pode-se gostar ou não da campanha pela criminalização de “mulato”, mas ela tem como fundamento informação histórica, não um arroubo lírico (Ibid).

Ou seja, se nos rendermos à desinformação e aos excessos, neste caso específico, a palavra “esclarece” no nome do livro aqui resenhado teria que ser alterada. O episódio é bastante simbólico para nos lembrar que 1) mesmo aqueles que se veem como combatentes contra a pós-verdade não estão isentos de reproduzir seu arsenal (*fake news*, *fake history*, revisionismos, negacionismos, teorias conspiratórias...) e 2) o campo progressista também pode, sim, disseminar desinformação científica. Não é a intenção criar aqui uma equivalência fajuta. A extrema-direita e seus aliados eventuais (como os neoliberais) são a mais ampla e perigosa fonte de negacionismo (vide o negacionismo climático). Questões sociopolíticas não são como matemática, em que somamos e dividimos dois números e chegamos em uma média, portanto o meio-termismo nem sempre é boa solução. Mas o episódio que aqui acrescentamos nos lembra da sempre necessária autocrítica, da necessária e bastante difícil habilidade de identificarmos nossos próprios vieses e da importância de ampliarmos nossa visão sobre o negacionismo e como ele é produzido.

Referências

FÁBIO, André Cabette. O que é “pós-verdade”, a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. Nexo. 16 nov 2016. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>> Acesso em 04 jul. 2017.

RODRIGUES, Sérgio. Patrulha linguística é a pior inimiga de sua própria causa ao embarcar em fake news. Folha. de S. Paulo. 27 nov 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/11/patrulha-linguistica-e-a-pior-inimiga-de-sua-propria-causa-ao-embarcar-em-fake->

news.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw> Acesso em 29 nov de 2021.

ROQUE, Tatiana; BRUNO, Fernanda. Fenômeno da pós-verdade transforma os consensos já estabelecidos. MediaLab UFRJ. 18 nov 2018. Disponível em: <http://medialabufrj.net/publicacoes/2018/fenomeno-da-pos-verdade-transforma-os-consensos-ja-estabelecidos/?fbclid=IwAR2FABzbnpxpsSlvg5DwBXf6ne5I_9wl2jBjiTOLKDxp9wK_-JiDkQtjmc> Acesso em 20 nov 2018.